

1 **27ª Reunião Ordinária de alinhamento da Câmara Técnica de Economia e Inovação-CTEI**






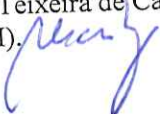
2 Às dez horas e dezenove minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezenove  
3 (01/02/2019) deu-se início no INDI, em Belo Horizonte, a reunião de alinhamento da Pauta da  
4 Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) do Comitê Interfederativo (CIF) que visa à  
5 recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo rompimento da  
6 barragem de Fundão em Mariana-MG. O Sr. Ricardo informa que a reunião ordinária foi  
7 cancelada em janeiro devido ao cancelamento da reunião do CIF. Esta reunião acontece devido à  
8 confirmação do CIF em fevereiro nos dias 26 e 27, em Brasília. Devido a essa Câmara Técnica  
9 ser de assessoramento há a necessidade de esperar a reunião do CIF para saber os pedidos que  
10 serão feitos para o mês de fevereiro. **Item 1:** O calendário da CT-EI mantém-se o mesmo já que,  
11 até o presente momento não houve mudanças no calendário do Comitê Interfederativo, CIF. O  
12 coordenador afirma que haverá uma tentativa de coletar a composição dos membros da câmara  
13 do dia de hoje até a reunião do CIF. Confirmou-se os nomes da Sra. Mirna Lúcia de Almeida  
14 Corrêa (MAPA), Camilla dos Santos Nogueira (SETADES), Pedro Luís Pereira Teixeira de  
15 Carvalho (SEAG/ES) e João Marcos dos Santos Junior (SETADES-ES). Sra. Mirna relata que irá  
16 acompanhar pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA, até que sejam  
17 resolvidas as questões internas do órgão durante a transição de governo e que já fez o pedido da  
18 representação da pesca. **Item 2:** A CT-EI irá solicitar ao CIF o registro novamente em pauta a  
19 deliberação da Nota Técnica 68 sem alterações. A Fundação Renova já recebeu a NT para os  
20 ajustes, caso necessários e, é possível que apresentem com estes ajustes já na aprovação. Sr.  
21 Pedro, membro da CT, apresenta uma sugestão de deliberação onde se estabelece alguns prazos  
22 como para que a Renova reapresente com as considerações que foram feitas pela CT e outro para  
23 o início das ações. Será enviado por e-mail essa sugestão do grupo de trabalho quanto às  
24 deliberações a serem enviada ao CIF. A Sra. Mirna pontua que seria mais interessante buscar  
25 primeiro a aprovação com o CIF. O Sr. Ricardo esclarece que, como essa NT já foi entregue e  
26 aprovada, não poderá ser modificada e sugere mandar como se encontra atualmente. Solicita ao  
27 Sr. Pedro que envie a proposta de deliberação para que se possa enviar junto com a Nota Técnica  
28 para que o CIF valide também essa proposta. Acrescenta ainda que, dentro dos 10 itens em pauta,  
29 é este o mais importante já que se tem uma deliberação envolvida. É um programa que tem, pelo  
30 orçamento anual de Renova citado no item 6, em torno de R\$ 56 milhões envolvidos e por isso é  
31 necessário ter a deliberação para dar continuidade ao mesmo. **Item 3:** O Sr. Ricardo relata que a  
32 Política de Compras Locais é assunto polêmico, onde precisa-se avaliar os relatórios enviados  
33 pela Renova. Essa política gerou conflitos que empresários e trabalhadores de Mariana entraram  
34 no Ministério Público e fizeram um acordo em paralelo para as compras em Mariana. A CT-EI  
35 foi chamada para ouvir, tamanho foi o conflito e desgaste com a Renova. É um tema sensível  
36 pois, a grande massa de obra está dentro dos municípios de Mariana e Barra Longa, Candonga  
37 com o desassoreamento. Propõe-se colocar como relator deste tema o Instituto Integrado de  
38 Desenvolvimento Econômico - o INDI - porque este já participou dos acordos e pede também  
39 que, caso a equipe do ES verificar algum tipo de conflito relativo a compras locais e avisar a CT-  
40 EI. Empresários dos setores de Construção Civil e Aluguel, Arrendamento de Transporte e Carga  
41 de pessoal são os que registram as maiores disputas com Renova em Mariana. **Item 4:**  
42 Atendimento à deliberação do CIF de outubro. Sr. Ricardo faz a leitura dos quatro itens da  
43 Deliberação nº 225, de 30 de outubro de 2018. Observações: Com relação ao segundo item da  
44 deliberação: A CT-EI irá coletar as informações com as outras CTs e lembra que aqui a União, a  
45 UHE Risoleta Neves estava ligada ao operador nacional do sistema ONS, ou seja, vendia energia  
46 contratada. É necessário ter informações sobre este contrato e o que ocorreu com ele e os danos  
47 por ele provocados. Quarto item: começou-se com o pleito em Santa Cruz para pagamento dos  
48 royalties da geração de energia naquele território. O Sr. Ricardo lembra sobre a paralisação que  
49 ocorreu no município de Baixo Gandu em 2016 e a Sra. Camila disse que já solicitou os dados  
50 aos prefeito Neto diversas vezes, mas ela acredita que o município não se organizou para fornecer  
51 esses dados e por isso está pendente. A parte que cabe à CT-EI, nesse GT que trata da paralisação  
52 da UHE Risoleta Neves, o Sr. Ricardo indica o INDI como parte deste GT, o assessoramento  
53 técnico da CEMIG, para a coleta de informações além dos outros grupos citados como a CT-  
54 Rejeitos, sendo a coordenadora Patricia Fernandes como referência, e aguardar a indicação da

55 CT-Infra e a Sra. Camila representando o estado do Espírito Santo e pela CT-EI. Os “insumos”  
56 para o início da discussão são os pleitos documentados e apresentados do Rio Doce e Santa Cruz,  
57 ambos em Minas Gerais, e partir deste material para avançar conforme alinhado em NT, com o  
58 modelo básico a partir do qual poderão ser construídos os ajustes necessários. Dito isso,  
59 inicialmente está composto o grupo do GT Paralisação de UHE Risoleta Neves que será enviado,  
60 com informe, ao CIF. **Item 5 e Item 6:** A Fundação Renova apresentou as estimativas de custo e  
61 de programas de Inovação que ela planejou para o ano de 2019 estão incluídos, por exemplo, os  
62 de recuperação de micro e pequenas empresas, ressarcimento de gastos públicos. O total orçado  
63 para atendimento aos programas da CT-EI é de R\$114 milhões, onde serão destinados R\$ 56  
64 milhões para agropecuária, R\$ 13,4 milhões para o Projeto Piloto de Estruturas de Tanques  
65 Suspensos e R\$ 5 milhões para Aquaponia. No total tem-se aproximadamente R\$ 70 milhões em  
66 recursos restritos nas atividades agropecuárias e pesqueiras. O valor citado de R\$ 56 milhões  
67 depende da Nota Técnica 68 (Item 2 da pauta) está com o GT **Agropec** que deverá ser mantido a  
68 fim de monitorar esse valor orçado. Houve grande alocação de recursos na diversificação regional  
69 no período de 2018 e já foram aplicados nos projetos “Desenvolve Rio Doce” (Minas e Espírito  
70 Santo), no “fundo hospital” Compete Rio Doce de recuperação de empresas a ser implementado  
71 no ES. No caso do ressarcimento de gastos públicos, outro programa importante, foi separado o  
72 valor de R\$ 53 milhões no orçamento de 2018. A informação recente é que dos 39 municípios,  
73 19 aceitaram o termo de compromisso e já receberam os recursos da Fundação e os outros 20  
74 municípios ainda estão pendentes de resolução. Este tema será tratado no próximo CIF de  
75 fevereiro. A Fundação Renova enviou à CT um informe sobre o tema que será repassada aos  
76 membros. A Sra. Mirna ressalva, nos itens 5 e 6, a importância do monitoramento desses recursos  
77 das atividades pesqueiras e agropecuária lembrando para não deixar acontecer como na prefeitura  
78 da Mariana onde a Fundação Renova apresentou o plano de execução e a prefeitura deixou clara  
79 que a desconhecia, e acredita que o próximo passo é fazer um plano de monitoramento, incluindo  
80 também as ações e o orçamento. Assim tudo que for apresentado como realizado pela Fundação  
81 Renova não será possível refutar. Os custos da Aquaponia estão exorbitantes, ela observa, e isso  
82 será repassado a equipe da pesca. Sobrará apenas R\$ 7 milhões para a Pesca. No caso do estado  
83 do ES, a pesca fica dentro da Secretaria de Agricultura. O Sr. Ricardo solicita aos membros que  
84 verifiquem no relatório de orçamento enviado os valores que estão distribuídos para os programas.  
85 Pede atenção do GT Agropec, pois a NT 68 precisa ser aprovada para começar a execução. **Item**  
86 **7:** Pedro e João pedem a palavra e relatam que a Aquaponia está centrada toda no Espírito Santo  
87 e que precisa ser apresentado como informe no CIF, o modelo Piloto do Plano de Aquaponia foi  
88 aprovada há 1 ano atrás e irá ser questionado porque ainda não foi implantado. Fundação Renova  
89 argumentou em resposta enviada a CT-EI que para isso precisava da assinatura do Instituto  
90 Estadual de Florestas (IEF-MG). Sra. Mirna se preocupa com o alto custo do projeto piloto e  
91 poderá não ter resultado, ou até poderá não ser aproveitado pelos próprios pescadores que tem  
92 ressalvas sobre a categoria da piscicultura. O Sr. Ricardo ressalva que primeiramente a proposta  
93 veio do estado do Espírito Santo, em 2016, e foi aprovada no projeto piloto em 2017. Destaca que  
94 a deliberação já foi aprovada faltando agora a construção dos 12 tanques suspensos. Como não  
95 aconteceu tal implantação, o tema será levado como informe ao CIF para a devida resposta da  
96 Fundação Renova. A Sra. Camila pontua a necessidade de ampliar a participação dos membros da CT-EI  
97 no GT-Pesca para que os fluxos de informações sejam alinhados e maior atenção à condição do  
98 pescador no ES. Também lembra da importância da participação dos pescadores atingidos nessas  
99 discussões e eventos do GT Pesca. Sr. Ricardo avalia que o programa de retomada da atividade  
100 pesqueira está mal identificado e mal caracterizado porque tem em seu público de agricultores e  
101 pescadores. Observa que não se sabe qual o grau de dependência das atividades de pesca e de  
102 agricultura, tipos de recursos materiais que eles tem, qual o tipo de dano que ocorreu nessa  
103 atividade, ou seja, não se consegue identificar o público com clareza, nem caracteriza-lo, nem a  
104 abrangência do impacto tampouco o que se pode fazer de modo mais eficiente. A CT-EI não  
105 consegue prosseguir com a promoção das atividades pesqueira já que a pesca está proibida, não há  
106 um laudo técnico avaliando a qualidade do pescado e a qualidade da água. A própria ANVISA, o  
107 Ministério da Saúde e as CTs de Saúde e Biodiversidade precisam se manifestar primeiro antes  
108 que a CT-EI possa agir, reafirma Sr. Ricardo, e lembra que as ações da CT estão subordinadas ao  
109 GT Pesca. A Sra. Mirna ressalta que a questão do pescador é sensível e dificilmente ele se adapta

110 bem as mudanças, podem achar que o projeto de Aquaponia pode ser uma compensação pela  
111 proibição da pesca. Com relação ao Item 9 e proposta para o Item 7, complementa que precisa-se  
112 solicitar à Fundação Renova a apresentação do Plano de Irrigação para a Coordenação de  
113 Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o MAPA, em Brasília, com a  
114 presença além dos membros da CT-EI, as três esferas de governo, para melhor organizar o fluxo  
115 e a discussão respeitando o GT Pesca. **Item 9:** O Sr. Ricardo reforça a necessidade de reunir  
116 técnicos da área conforme sugestão da Sra. Mirna e pede ao Sr. Pedro e João da SETADES um  
117 posicionamento sobre os impactos deste relatório na irrigação. Alguns dos impactos mais graves  
118 foram acima de Candonga onde os rejeitos entupiram bombas e destruíram a captação de água  
119 com rompimento as estruturas e equipamentos fazendo com que este mesmo rejeito transbordasse  
120 para a calha do Rio Doce. Sra. Mirna e Sr. João sugerem uma reunião após a apresentação do  
121 plano pela Renova antes do posicionamento final sobre o relatório. **Item 8:** Ressarcimento  
122 Municipal. Informe feito pela renova sobre o assunto não foi diferente do que foi apresentado em  
123 dezembro de 2018, conforme informado pelo Sr. Ricardo. Existe uma disputa entra a BHP e o  
124 escritório de advocacia londrino, SP Law, sobre a reparação dos danos do rompimento da  
125 barragem. O tensionamento surgiu quando o escritório de Londres entrou com um processo contra  
126 a BHP, que se sentiu atacada já que outro processo tramita no Brasil nos mesmos moldes, ou seja,  
127 reparação de danos causados pela ruptura da barragem de Fundão. Isso gerou uma disputa que  
128 paralisou o processo de ressarcimento dos municipoios atingidos que já havia acordado com 39  
129 prefeituras com montante de R\$53 milhões.. A Sra. Camila sugere a elaboração de uma nota  
130 técnica sobre o ressarcimento dos municípios. Relata que em Baixo Gandu ocorreram  
131 interrupções de trens da Vale pelos pescadores . Sra. Camila propõe uma nota avaliando e  
132 relatando a posição da CT-EI sobre a polemica instaurada e que o termo de quitação não foi  
133 enviado para avaliação da mesma. Afirma que é importante se resguardar já que se está  
134 presenciando um descumprimento pela Fundação Renova das deliberações do CIF e uma forte  
135 tendência à judicialização e a CT-EI poderá ser muito cobrada. Outro ponto é atender ao  
136 governador do Espírito Santo. Sr. Ricardo disse que poderá ser enviada a deliberação sobre o  
137 termo de quitação feita pelo CIF, pois é de acesso público.. Lembra que o governador pode ter  
138 ciência, mas seus pedidos de informação precisam ser enviados diretamente ao CIF, porque a CT-  
139 EI existe como assessoria técnica do CIF e não tem autoridade para atuar diretamente junto aos  
140 estados. Pede à Sra. Camila que esclareça junto ao governador essa formalidade. Sr. Ricardo nota  
141 também que está havendo uma mudança de posicionamento pela Renova nas reuniões de câmaras  
142 técnicas, com a presença efetiva do jurídico da mesma, principalmente quando são tratados  
143 assuntos mais delicados, como indenizações, auxilio financeiro, ressarcimentos, etc. Sra. Mirna  
144 alerta que a disposição das mesas e das cadeiras nas reuniões da CT-EI em formato de auditório  
145 facilitam a discussão e participação mais ativa da Renova e, a exemplo da CTOS, há uma mesa  
146 central ou as mesas ficam em disposição de U onde só sentam os membros da câmara e só se fala  
147 com a permissão do coordenador. Precisa-se tomar cuidado para que não haja agressões e  
148 interferências constantes da Renova durante as reuniões que se posicionam normalmente no  
149 mesmo nível da CT. O Sr. João reitera a fala da Sra. Mirna que a CT- EI precisa repensar a forma  
150 de atuar, com a realização de votações para assuntos discutidos, onde normalmente não se chega  
151 a um entendimento da concordância ou discordância dos membros. A participação dos advogados  
152 da Renova é sempre intimidadora deixando todos desconfortáveis e pouco à vontade para opinar.  
153 O Sr. Ricardo lembra que, após o TAC-GOV foi redigido um o regimento das Câmaras Técnicas  
154 e sugere, como pré-pauta da próxima reunião, (1) recuperar esse documento para discussão e  
155 organização interna. (2) avaliar a possibilidade de ter reuniões itinerantes da CT-EI. Sr. Ricardo  
156 destaca que os assuntos a serem tratados no CIF: a composição da CT-EI e calendário de assentos  
157 será pautado no CIF como destaque; A Nota Técnica 68 com a deliberação também em destaque  
158 no CIF; composição do GT Paralisação UHE Risoleta Neves; e o restante apresentado aqui irá  
159 como informe geral, caso não haja espaço para ser pautado durante a reunião. Informa que será  
160 necessário remarcar a data da próxima CT-EI, cujas propostas são: dia 25 ou 28 de fevereiro em  
161 Brasília. O Sr. Lucas da Fapemig informa que, do edital com orçamento de R\$5,7 milhões  
162 recebeu-se um total de 40 propostas e no próximo passo serão feitas a análise da documentação,  
163 realizando seu enquadramento (item 9.1 da chamada) para passar à próxima fase com o envio das  
164 propostas que têm os requisitos exigidos pela chamada para a Câmara realizar a análise de mérito

165 (item 9.2 da chamada). Registra que dois membros representantes do Ministério da Agricultura  
166 serão retirados da CT-EI, Sra. Adriana e Sr. Adriano. Sr. Ricardo encerra a reunião lembrando  
167 mais uma vez que serão quatro itens pautados no CIF (Itens 1, 2, 4 e 8) e agrupar o restante como  
168 informes gerais.  
169

170 **Participação dos seguintes membros:**

171 Camilla dos Santos Nogueira (SETADES)   
172 Henrique Tavares (INDI)   
173 João Marcos dos Santos Junior (SETADES)  
174 Lucas Dias Alves e Silva (FAPEMIG)   
175 Mirna Lúcia de Almeida Corrêa (MAPA)   
176 Pedro Luís Pereira Teixeira de Carvalho (SEAG/ES)   
177 Ricardo Ruiz (INDI)   
178